

Assunto Re: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2022

De Marco Videro <marco.videro@tre-ba.jus.br>

Para Cristiana Lima Soares <cmlima@tre-ba.jus.br>

Cc Seção de Microinformática <semin@tre-ba.jus.br>, Seção de Projetos de Obras <seprob@tre-ba.jus.br>

Data sexta-feira 12 de agosto de 2022 09:38:22

Bom dia!

Em relação ao questionamento II, trata-se de uma cláusula padrão. Neste caso específico, por se tratar de contratação de software como serviço, aceitaremos os Termos de Uso da Autodesk, disponíveis em <https://www.autodesk.com/company/terms-of-use/br/general-terms>.

Quanto ao III, o entendimento está correto.

Saudações,

Marco Videro

Chefe de Seção

TRE/BA | STI/COSUP/SEMIN

(71) 99668-4648

marco.videro@tre-ba.jus.br

De: "Cristiana Lima Soares" <cmlima@tre-ba.jus.br>

Para: "Seção de Microinformática" <semin@tre-ba.jus.br>, "Seção de Projetos de Obras" <seprob@tre-ba.jus.br>

Enviadas: Sexta-feira, 12 de agosto de 2022 9:13:31

Assunto: Fwd: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2022

Caros Colegas,

Envio o questionamento abaixo para conhecimento e manifestação.

Quanto ao questionamento do item I, verificamos que consta no processo a seguinte informação:

"Quanto ao software Autodesk, somente os revendedores autorizados estão aptos a comercializar os planos de assinatura de 3 anos, de maior vantajosidade para o Tribunal, bem como a nos assegurar, caso seja necessário, um suporte especializado, visto que para atender à política da fabricante precisam contar com time técnico certificado nas especializações infraestrutura, edificação e governo da Autodesk.

Cabe pontuar, também, que não se trata de uma aquisição de software "de prateleira" mas sim da subscrição de assinaturas que, a princípio, será renovada pelo Tribunal nos exercícios subsequentes. Dessa forma, somente uma revenda autorizada é capaz de garantir a validade da assinatura junto ao fabricante e manter esta continuidade na prestação dos serviços sem que haja perdas para o Tribunal, .."

Assim, ficaremos no aguardo das respostas relativas aos questionamentos dos itens II e III, e a confirmação de que os esclarecimentos acima para o item I são suficientes.

Atenciosamente,

Cristiana Lima Soares

Pregoeira do TRE-BA

71 3373-7085

De: Perola <perola.pletsch@pisontec.com.br>

Para: cmlima <cmlima@tre-ba.jus.br>

Cc: Estela <estela@pisontec.com.br>; Deborah <financeiro@pisontec.com.br>; Carla <carla.carvalho@pisontec.com.br>; Cristina <vendasgov4@pisontec.com.br>; Matheus <matheus.tavares@pisontec.com.br>; Michel <michel@pisontec.com.br>; Andre <consultor.seguranca1@pisontec.com.br>

Data: quinta-feira, 11 de agosto de 2022 às 12:03 -03

Assunto: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2022

À

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2022

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviço de direito de uso temporário (subscrição) dos softwares Adobe Captivate, Adobe Creative Cloud e Autodesk AutoCAD LT, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

Prezado Senhor,

A empresa Pisontec Comércio e Serviços em Tecnologia da Informação EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 12.007.998/0001-35, situada em Olinda/PE, vem, tempestivamente, **SOLICITAR ESCLARECIMENTO** conforme termos elencados abaixo.

I. DAS COMPROVAÇÕES NECESSÁRIAS

“10.12. Para o item 3, a licitante deverá ser uma revenda autorizada da Autodesk. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (localizador de Parceiros Autorizados Autodesk): <https://www.autodesk.com.br/partners/locate-a-reseller>.”

O edital em análise exige que o Licitante seja revendedor/parceiro Autodesk.

Entretanto, essa exigência não encontra previsão na Lei 8666/93, principal diploma que norteia os procedimentos licitatórios, a qual, inclusive, coíbe a prática de atos que sejam tendenciosos ou frustrem o caráter competitivo dos certames.

Ora, a consequência direta da exigência em comento é a limitação de participantes.

Ainda, o rol de documentos/exigências dos licitantes destinados a participação dos processos licitatórios, conforme previsto nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993 é taxativo, o que fica evidenciado pelo emprego do legislador dos termos ‘exclusivamente’ (art. 27, caput, Lei 8.666/1993) e ‘limitar-se-á’ (art. 30, caput e 31, caput, da Lei 8.666/1993).

Assim não é possível exigir do licitante outros documentos além daqueles elencados nos mencionados dispositivos legais.

Isso porque os documentos e as exigências nos processos licitatórios têm como parâmetro fundamental o art. 37, XXI, da Constituição Federal, que limita as exigências de qualificação técnica e econômica às ‘indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações’, com o objetivo evitar a restrição da competitividade do certame.

Neste mesmo sentido já se manifestou o Tribunal de Contas da União, sendo ponto pacífico na jurisprudência desta Corte. Vejamos.

- No item 9.2.1. do Acórdão 5.508/2009 – 2ª Câmara, o Tribunal determinou a Prefeituras Municipais que, em licitações envolvendo recursos federais, ‘atenham-se ao rol de documentos para habilitação definido nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993, sem exigir nenhum elemento que não esteja ali enumerado’.
- No item 9.1.2. do Acórdão 1.745/2009 – Plenário, o Tribunal determinou a uma entidade federal que ‘abstenha-se de exigir das licitantes interessadas como condição para habilitação documentos não previstos nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993’.
- No item 9.3.2.3. do Acórdão 1.731/2008 – Plenário, o Tribunal determinou a um órgão federal que ‘abstenha-se de prever, como exigência de habilitação, requisitos que não estejam contemplados nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, por ausência de amparo legal e por restringir a competitividade da licitação, em afronta ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da referida lei’.

A taxatividade do rol de documentos destinados aos licitantes é também reforçada pela doutrina, a exemplo do que dispõe Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005, p. 306):

O elenco dos arts. 28 a 31 deve ser reputado como máximo e não como mínimo. Ou seja, não há imposição legislativa a que a Administração, em cada licitação, exija a comprovação

*integral quanto a cada um dos itens contemplados nos referidos dispositivos. **O edital não poderá exigir mais do que ali previsto, mas poderá demandar menos** (grifo nosso).*

Por todo o exposto, temos que a exigência de não está prevista em nenhum dos dispositivos da Lei 8.666/1993, que regulam a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal ou trabalhista, devendo, portanto, ser rechaçada.

Assim, em respeito aos princípios da legalidade, da Ampla Concorrência e da Isonomia, entendemos que a exigência que o Licitante precisa ser revendedor Autodesk não deve ser mantida; ou que seja **aceita apresentação de declaração do distribuidor**, autorizado no Brasil dos softwares desenvolvidos pela Autodesk, de que a licitante é uma revenda autorizada, sendo, suficiente para demonstrar que tem plenas condições de fornecer o objeto da licitação, podendo comprar, vender e/ou solicitar produtos da linha Open, entre eles o Autocad.

Está correto o nosso entendimento?

II – Entendemos que o item 9.1. “A Contratada, concluída a execução do serviço, deverá apresentar o Termo de Garantia de Fábrica.”, foi inserido de equivocadamente nos termos do edital e que não será necessário nenhum tipo de serviço ou apresentação de termo de garantia de fabricante.

Esta correto nosso entendimento?

III - Sobre o item 9.3 “Na vigência da garantia, a Contratada obrigar-se-á a reparar, sem ônus para a Contratante (garantia on site), o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento, pela Contratada, da comunicação de inconformidade.”

Entendemos que não será necessário a garantia on site, visto que, conforme o item 4.1 é solicitado que os softwares sejam fornecidos por meio de download em link direto do próprio fabricante, além do fabricante prestar suporte através de ticket de chamados via web.

Está correto o nosso entendimento?

Agradecemos sua atenção ficando no aguardo de breve resposta.

Atenciosamente,

Perola Pletsch | Setor Jurídico

www.pisontec.com.br |
perola.pletsch@pisontec.com.br



office: +55 81 3257-5110

